



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES TRANSEXUAIS: NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Eixo Temático 39 – VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SUA EXPRESSÃO LETAL: ABORDAGENS INTERSECCIONAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO DOS (TRANS)FEMINICÍDIOS

Ariana Kelly dos Santos¹

RESUMO

A violência contra as mulheres é configurada como qualquer ação ou omissão que se baseia no gênero que cause dano as mulheres. Porém, a maioria dos serviços de atendimento a esse grupo, não incluem as mulheres trans. Este trabalho objetiva refletir sobre a importância de uma análise interseccional para o enfrentamento das violências contra as mulheres transexuais na cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos a interseccionalidade como ferramenta de análise e como técnica de pesquisa a análise qualitativa de referências bibliográficas e documental. Como resultado, identificamos algumas políticas estatais voltadas a esse público e a centralidade de uma análise interseccional na direção das políticas públicas para as mulheres a nível municipal e federal na atualidade.

Palavras-chave: Mulheres Transexuais, Políticas Públicas, Violência, Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000 vamos identificar no Brasil uma cruzada antigênero, que tem no ataque a existências de mulheres transexuais um de seus principais eixos. O Brasil pelo 16º ano é o país que mais assassina pessoas trans no mundo (ANTRA, 2024), tendo como as

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora da área de políticas para as mulheres. E-mail arianaksantos@gmail.com.



principais vítimas, mulheres jovens trans negras, assassinadas com requinte de crueldade nos espaços públicos.

A Convenção de Belém do Pará de 1994, configura violência contra à mulher, como qualquer ação ou omissão que se baseie no gênero que cause dano as mulheres. No Brasil embora tenhamos avançado em políticas para as mulheres, grande parte não acolhe mulheres trans. No estado do Rio de Janeiro esse grupo acaba sendo direcionado para ser atendido pelos Centros de Cidadania LGBT+, quando estamos falando do eixo da assistência as pessoas.

Em 2021, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da Secretaria de Políticas da Mulher, alguns projetos foram criados para intervir nesse contexto de necropolítica direcionado as mulheres trans. O presente artigo, visa refletir sobre a importância de uma análise e intervenção interseccional no âmbito público para o enfrentamento das violências contra as mulheres transexuais na cidade do Rio de Janeiro, na tentativa de propiciar o acesso para a garantia de direitos por esse grupo.

Para isso, como perspectiva teórico-metodológica nos utilizamos da interseccionalidade como ferramenta de análise, da pesquisa qualitativa com análise bibliográfica e documental sobre políticas públicas criadas para a população trans no município entre os anos de 2021 e 2024, período que pela primeira vez o município inseriu no planejamento institucional anual as mulheres trans.

O artigo estrutura-se a partir de três eixos, o primeiro apresentamos a interseccionalidade como ferramenta de análise crítica e implementação de políticas públicas para as mulheres, o segundo sob o título “A cruzada de gênero no Brasil”, apresentamos um panorama do ataque a igualdade de gênero no país, a partir do ataque aos direitos da população LGBTQIAPN+, com ênfase no ataque as mulheres trans. Por último, apresento um retrato das políticas públicas de garantia de direitos para as mulheres trans no município do Rio de Janeiro entre 2021 e 2024.

INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA CRÍTICA PARA ANÁLISE E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

A interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica e de luta contra as formas conjugadas de opressão (Akotirene, 2019; Collins, 2020), através dela é possível analisar e



propor alternativas no campo das políticas públicas que leve em consideração desigualdades que são produzidas por opressões interrelacionais, que muitas vezes estão invisibilizadas.

Crenshaw (2002) nos evidencia isto quando utiliza da interseccionalidade para explicitar como as opressões sexistas e racistas se entrelaçam produzindo na vida das mulheres negras condições de desigualdades que na maioria das vezes são invisíveis, ela o faz a partir da análise de um caso no campo do direito do trabalho.

A autora apresenta o caso de um grupo de mulheres negras dos Estados Unidos que entram com uma ação contra a General Motors por discriminação, pois a mesma se recusava a contratar mulheres negras.

Quando a justiça foi acionada, ela pedia que as mulheres provassem tal discriminação, do sexismo ou do racismo, contudo, realizando a análise dessa forma, como opressões isoladas, seria impossível tal comprovação, pois afinal homens negros e mulheres brancas eram contratados/as. Neste caso as mulheres negras perderam a causa e foram silenciadas mais uma vez (Crenshaw, 2002). Ser mulher negra é ser uma terceira figura política, uma terceira identidade, que compartilha das outras duas (ser negra e mulher), mas que tem um horizonte próprio de luta.

Ser mulher trans, tem a mesma dimensão. Como abordar sobre as violências contra as mulheres, sem compreender as distinções entre mulheres cis e trans. Sem compreender que o corpo das mulheres trans é demonizado e quando interseccionamos a identidade de gênero com outros marcadores, como de raça, de classe, se desenvolve um maior processo de risco a esse grupo.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2022, p. 177)

Assim, nossa afirmação é que o conceito de interseccionalidade é importante para o trabalho com políticas públicas, na perspectiva de dar visibilidade à desigualdades que ainda se



encontram veladas e mais ainda para fortalecer a produção de políticas públicas estatais, de qualidade, e que atinja toda a população brasileira, dentro da condição que cada mulher trans merece como pessoa com dignidade e direitos.

A CRUZADA ANTIGÊNERO NO BRASIL

No fim da década de 1980 com a redemocratização tivemos uma institucionalização do movimento feminista, que veio se aproximando da arena estatal (Pinto, 2003). No primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995, foi construído o I Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH, que tinha como objetivo reduzir as violências, discriminações e como consequência diminuir as desigualdades, condição que possibilitou a introdução da pauta dos movimentos feministas e movimentos LGBTQIA+, com o debate sobre iniquidades de gênero e as discriminações com base na orientação sexual (MACHADO, 2018). Posteriormente, no governo Lula (2003-2010) foi desenvolvido no país o PNDH II e III, que fortaleceram as políticas públicas no campo dos direitos humanos.

Se expandiu o diálogo com o movimento feminista e LBT+, foi lançado o programa “Brasil sem homofobia”, que visava combater à violência e à discriminação contra a população LGBTQIA+ e dentre outros foi lançado o Plano Nacional de Educação-PNE, tendo como um dos eixos a serem debatidos e enfrentados por esse campo, a promoção de ações para a igualdade de gênero e a promoção de uma educação antissexista (Machado, 2018).

Porém, não existe avanço sem tensão, e essas tensões já existiam desde a década de 1990, quando foi possível avançar no campo dos direitos sexuais e reprodutivo das mulheres na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

A segunda década dos anos 2000 é marcada por uma ascensão do conservadorismo no país e uma de suas expressões irá se manifestar no ataque a promoção dos direitos humanos no campo educacional. De acordo com Machado (2018) uma das primeiras ações no Brasil que expressam esse reacionarismo LGBTQIAPN+fóbico é uma proposta de ementa a um projeto que dispunha sobre a criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das infecções



Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas, onde o Deputado Elimar Damasceno propõe a retirada da expressão gênero e orientação sexual ao Projeto de Lei e destaca que o Estado não pode dar respaldo as relações homoafetivas.

Posteriormente, foram várias as tentativas e ações no parlamento brasileiro para combater a igualdade de gênero:

Nos anos seguintes, o referido parlamentar fez discurso contra a “ideologia de gênero” no plenário (25/07/2004) e em 2005 apresentou o PL 5.816/2005 (BRASIL, 2005) propondo a criação de um projeto de apoio psicológico para pessoas que decidirem “voluntariamente deixar a homossexualidade”. Além deste legislador, vários outros políticos cristãos atuaram para evitar que a perspectiva de gênero informasse as iniciativas do governo federal no campo da educação, da saúde e dos Direitos Humanos. Segundo Marina Basso LACERDA (2016), o início da segunda década do século XXI foi marcado pela intensificação da luta contra a agenda feminista no Congresso Nacional e, a meu ver, um dentre os vários fatores que provocaram este fenômeno foi a apresentação do Projeto de Lei 8035/10 (BRASIL, 2010) com o Plano Nacional de Educação para o período de 2011/2020. (Machado, 2018, p.7)

Entre os vários objetivos do Plano Nacional de Educação- PNE um deles dava ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual. Conforme nos aponta Machado (2018) este destaque gerou uma grande mobilização de parlamentares católicos e evangélicos no Congresso Nacional, bem como de bispos, sacerdotes, pastores e fiéis dessas matrizes religiosas na sociedade civil brasileira.

O projeto de lei que visava instituir o PNE, circulou pelo Congresso Nacional e o Senado por dois anos, até ser aprovado em 2014, sem fazer referência a gênero e orientação sexual. Durante os anos em que este projeto tramitou nas duas casas do Congresso Nacional, uma série de eventos foi realizada naquele espaço com o intuito de difundir o discurso da “ideologia de gênero” entre os parlamentares e fornecer subsídios para projetos de leis que pudessem impedir a adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas, incluindo a educacional.

O fortalecimento político dos pentecostais na Câmara de Deputados, favoreceu também os grupos católicos comprometidos com a cruzada à ideologia de gênero no Brasil que passaram a ser convidados a expor suas ideias em diferentes situações (Machado, 2018).



Rosado-Nunes, 2014 apud Machado 2018, aponta que as demandas feministas que reivindicam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres deslocam as questões relativas à moral sexual, estando posta de forma oposta as concepções da igreja católica.

Assim, é esse projeto político societário que vem ascendendo no Brasil desde 2013 e que atinge seu pico em 2016, e que tem como mobilizadores predominantemente parlamentares do sexo masculino, católicos e evangélicos (Biroli, 2020).

RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GARANTIA DE DIREITOS PARA AS MULHERES TRANS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2021 E 2024

O município do Rio de Janeiro vivenciou um período desastroso na gestão da cidade entre 2017 a 2020, com Marcelo Crivella como Prefeito, extinguiu a Secretaria da Mulher existente e antes de deixar o cargo criou as condições para o fechamento de um dos principais abrigos de segurança para as mulheres, a partir da divulgação de sua a sua localização no Diário Oficial do município antes de sair da gestão, evidenciando o completo descaso com a vida das mulheres abrigadas, que tiveram que ser retiradas as pressas do espaço na virada do ano de 2020 para 2021.

A nova Secretaria da Mulher- SPM Rio é criada tendo distintas opressões além da de gênero como transversais nas políticas públicas, uma delas levando em consideração o marcador social de identidade de gênero. Nesse sentido a Secretaria pela primeira vez insere em seu planejamento institucional projetos e ações para as mulheres transexuais.

Algumas dessas ações foram: o projeto “Mulheres trans de negócio”, a produção de dados expressa no Mapa da Mulher Carioca 2023, com dados sobre a situação das violências que atingem as mulheres trans no município do Rio de Janeiro e o programa “Rio+Diverso”.

O “Mulheres trans de negócio”, foi um programa que objetivou instrumentalizar as mulheres trans e as travestis no que diz respeito ao empreendedorismo, com acesso a capacitação em temas relevantes na área, alinhados a perspectiva de fortalecimento da autonomia econômica. E em todo o período da formação, forneceu auxílio passagem e uma bolsa auxílio no valor de R\$400,00 para as participantes, visando reduzir índices de evasão (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023).



A primeira turma do programa foi realizada em 2021 em parceria com o SEBRAE, atingindo 30 mulheres e conseguiu formar todas. Em sua segunda edição em 2023, matriculou e formou 20 mulheres trans (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023).

O programa Rio + Diverso visou melhorar o atendimento à população carioca, a partir da capacitação e sensibilização dos servidores públicos do município. Para isso investiu nos temas de formação voltados para o aprendizado sobre gênero, diversidade sexual, diversidade religiosa e antirracismo. Neste processo, foi possível formar 439 profissionais até o ano de 2023.

Outros projetos vêm sendo realizados pela Prefeitura do RJ visando garantir e efetivar direitos para a população LGBTQIAPN+, porém não são nosso foco, uma vez que não foram coordenados pela SPM-Rio.

O descompasso desse processo é que mesmo tendo uma rede especializada ampla constituída no campo do atendimento as mulheres, os serviços existentes do município não atendem situações de violência comunitária e institucional, o que diretamente já reduz as possibilidades de mulheres trans serem atendidas, uma vez, que de acordo com o Dossiê Mulher Carioca(2023) mais de 30% das violências que atingem as mulheres trans são perpetradas por desconhecido, ou seja, não está no âmbito da violência doméstica e familiar, que é a dimensão central trabalhada pela rede de atendimento municipal coordenada pela SPM-Rio. Ainda são ínfimas as ações voltadas para a promoção da cidadania trans feminina tendo como ponto de partida elaborações promovidas pela SPM-Rio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade é uma importante ferramenta de análise para o campo das políticas públicas, podendo contribuir para identificarmos desigualdades que são produzidas a partir de opressões interrelacionais que não estão em evidência e com isso poder intervir nessas.

A partir dessa concepção o município do Rio de Janeiro inicia um processo de elaboração e implementação de ações interseccionais a partir do órgão da Secretaria da Mulher, pela primeira vez a identidade de gênero será um elemento importante para as ações de tal pasta.

Porém, há resistências a promoção da igualdade de gênero no país, estando esse campo em disputa, não só em âmbito político, mas na disputa de narrativas. É fundamental seguirmos afirmando a defesa intransigente dos direitos humanos e a atuação comprometida com a



construção de uma outra ordem societária em que nenhuma relação de exploração-opressão exista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA, 2024. Dossiê assassinato e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Rio de Janeiro, Antra.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Ruan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: Revista Estudos Feministas, 1ºsem. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **O discurso cristão sobre a ideologia de gênero**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26 (2): e47463, 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. [Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher]. **Mapa da Mulher Carioca 2023**. Rio de Janeiro: SPM-Rio, 2023.